



Nota de Abertura

» A terra agrícola é um bem escasso e especial, sobretudo em ilhas, que merece proteção especial. Alguns Estados-Membros, por essas razões, impõem restrições à sua livre comercialização, o que vai contra as regras da livre circulação de capitais da União Europeia, essenciais para garantir investimento transfronteiriço. O Parlamento Europeu conduziu uma investigação aprofundada sobre os desafios que os Estados-Membros da UE enfrentam nos mercados das terras agrícolas, concluindo que é particularmente preocupante o aumento da concentração de terras ou a especulação excessiva do preço da terra. A Comissão Europeia publica agora orientações para ajudar os países a proteger os terrenos agrícolas dessas ameaças.

Os Estados têm o direito de limitar a venda de terrenos agrícolas para preservar as comunidades agrícolas e promover uma agricultura sustentável. Mas, ao fazê-lo, devem respeitar a legislação

da União, designadamente, as regras sobre a livre circulação de capitais. Neste contexto, a Comissão fornece aos Estados-Membros indicações sobre o que podem fazer para regulamentar a venda de terrenos agrícolas, com base na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia. Segundo este, algumas restrições podem ser aceitáveis, como a imposição de limites ao tamanho do terreno a ser adquirido; ou os direitos de preferência, permitindo que certas categorias de compradores adquiram terras agrícolas antes de serem vendidas a outros. No entanto, a legislação da União não permite restrições discriminatórias, como requisitos gerais de residência, como condições prévias para a aquisição de terrenos.

Prof. Doutor Alfredo Borba
Coordenador do Centro de Informação
Europe Direct dos Açores

Prémio Mulheres Inovadoras da UE



» Estão abertas até 15 de novembro as candidaturas para a quinta edição do Prémio da União Europeia para Mulheres Inovadoras. Esta iniciativa visa distinguir mulheres que obtiveram êxito ao trazer as suas ideias inovadoras para o mercado no campo da ciência e inspirar outras a seguir os mesmos passos. Na edição de 2018, mulheres de

qualquer nacionalidade que vivam num país europeu ou num associado ao Horizonte 2020, que tenham fundado ou cofundado uma empresa com um volume de negócios igual ou superior a 100 mil euros, que tenham beneficiado de financiamento da UE, podem candidatar-se. Os prémios a atribuir variam entre os 100 e os 20 mil euros.

Diversidade europeia em curiosidades: Suécia

» A Suécia é um dos países da península da Escandinávia, é o mais populoso dos países nórdicos e em superfície é o terceiro maior na União Europeia. A oeste, a Suécia está separada da Noruega por montanhas e a sul uma ponte rododiferroviária liga-a à Dinamarca. Este Estado-Membro possui várias ilhas no Mar Báltico, sendo que as maiores são Öland e Gotland. As características da paisagem sueca datam do tempo das glaciações, quando as movimentações das grandes massas de gelo remodelaram profundamente a paisagem. O norte do país é conhecido pelas suas florestas e lagos. A capital, Estocolmo, foi construída sobre catorze pequenas ilhotas, quase todas ligadas entre si por pontes e pelo metropolitano. A conta oficial de Twitter da Suécia é gerida por um cidadão diferente todas as semanas. A terceira maior bebida espirituosa do mundo, Absolut Vodka, era



propriedade do Estado sueco até ser vendida em 2008 por 5,6 mil milhões de euros a Pernod Ricard. Ao longo dos anos, a cinematografia sueca já ganhou 25 Óscares; o realizador Ingmar Bergman ganhou três na categoria de melhor filme estrangeiro. Os ABBA confessaram que usavam um estilo de roupa pouco usual para beneficiar de uma lei que reduz os impostos para roupas usa-

das apenas em atuações artísticas. Ainda a propósito de personalidades, não poderíamos deixar de referir Alfred Nobel, inventor da dinamite e da nitroglicerina, cujo testamento determinava que a sua fortuna devia ser aplicada em prémios distribuídos a quem se distinguisse por obras em benefício da Humanidade.

Maior coesão para a Europa

» O sétimo relatório da Comissão Europeia sobre a política de coesão conclui que, apesar de a economia estar a recuperar o seu dinamismo, as disparidades entre os Estados-Membros, e no interior destes mantêm-se.

Este documento, de análise ao estado atual da União Europeia, no que toca à coesão económica, social e territorial, indica que o investimento público está ainda abaixo dos níveis anteriores à crise e, por isso, é ainda maior a necessidade de apoio às regiões e aos Estados-Membros para vencer os desafios identificados no documento de reflexão, que inclui: o fu-

turo das finanças da UE; a revolução digital, a globalização, as alterações demográficas e a coesão social, a convergência económica e as alterações climáticas.

Para que a diferença entre os ritmos de desenvolvimento se atenuar, no relatório sugere-se uma política à escala da UE que sirva três objetivos principais: tirar partido da globalização, não deixar ninguém para trás e apoiar as reformas estruturais.

No início de 2018, será lançada uma consulta pública sobre o futuro da política de coesão. Em maio, a Comissão apresenta a proposta para o quadro



financeiro plurianual, a que se seguirá a apresentação das propostas para a política de coesão após 2020.